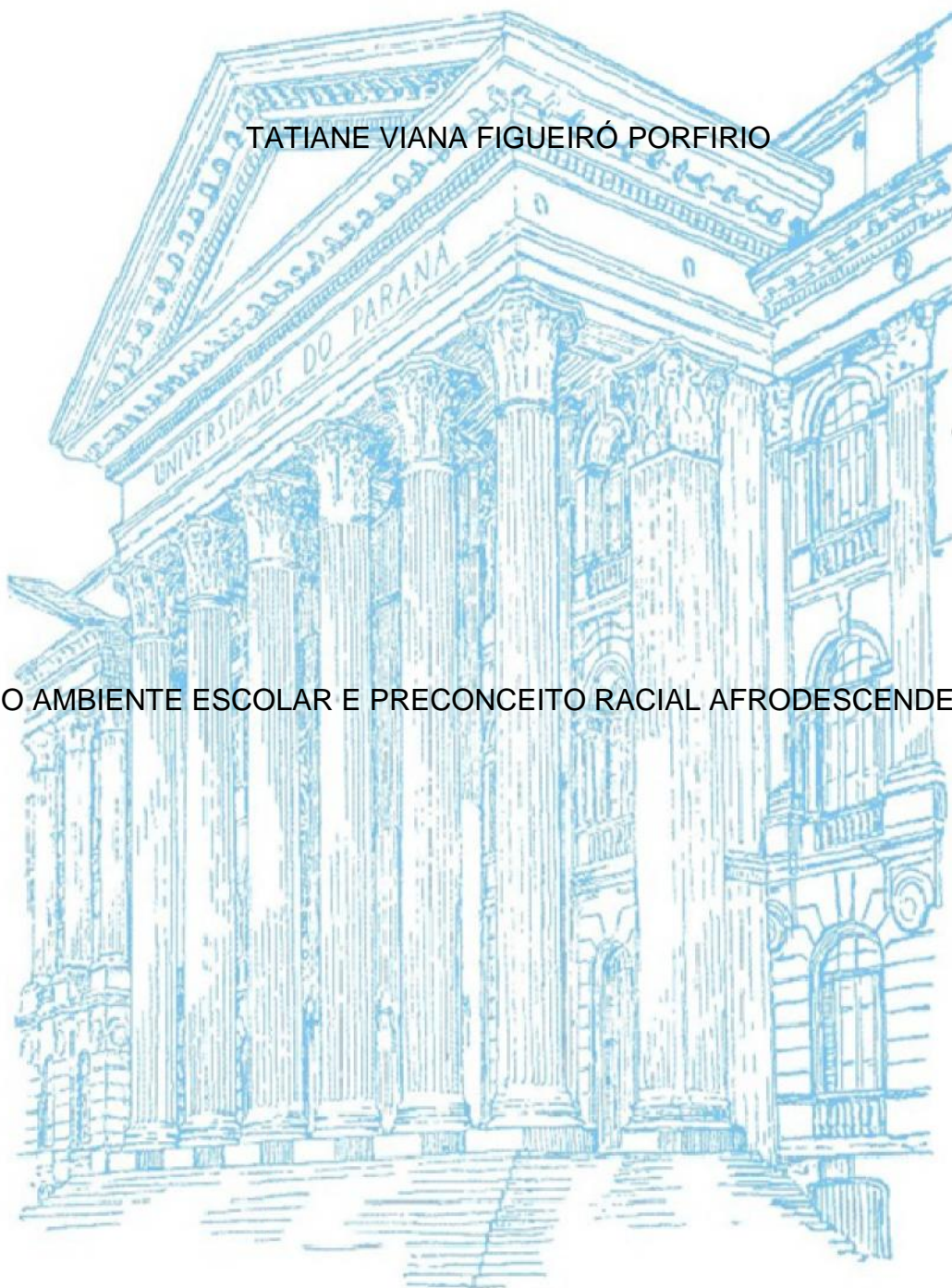


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TATIANE VIANA FIGUEIRÓ PORFIRIO

O AMBIENTE ESCOLAR E PRECONCEITO RACIAL AFRODESCENDENTE



PARANAGUÁ
2015

TATIANE VIANA FIGUEIRÓ PORFIRIO

O AMBIENTE ESCOLAR E PRECONCEITO RACIAL AFRODESCENDENTE

Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós graduação de Direitos Humanos, da Universidade Estadual do Paraná, setor Litoral.

Orientadora: Luciana Ferreira.

PARANAGUÁ
2015

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora Prof^ª. Dr^ª. **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA** realizaram em 14/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **TATIANE VIANA FIGUEIRÓ PORFIRIO**, sob o título “O ambiente escolar e preconceito racial afrodescendente” para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “ 9,0 ” e conceito “ APL ”.

Matinhos, 14 de junho de 2015.



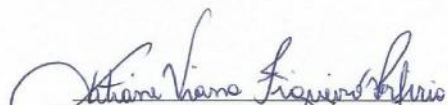
Prof^ª Dr^ª Marília Pinto Ferreira Murata
Professora Orientadora do Curso de
Especialização Educação em Direitos
Humanos – Pólo Pontal do Paraná



Prof^ª Dr^ª Juliana Quadros
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo Pontal
do Paraná



Prof^ª Rosane E. Barros Santana
Tutora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná



TATIANE VIANA FIGUEIRÓ PORFIRIO
Estudante do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo Pontal
do Paraná

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APs = Aprendizagem Parcialmente suficiente
	As = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

Sumário

RESUMO	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 AFRODESCENDENTE, RACISMO E AMBIENTE ESCOLAR.....	6
3 OS PROCESSOS SOCIAIS E A FORTIFICAÇÃO DO RACISMO E DO PRECONCEITO NO BRASIL	9
3.1 OUTRAS IMPORTANTES REFLEXÕES	10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

O AMBIENTE ESCOLAR E PRECONCEITO RACIAL AFRODESCENDENTE

Tatiane Viana Figueiró Porfírio¹
Luciana Ferreira²

RESUMO

O racismo é um tema que está ganhando grande pauta nos dias atuais e diante dessa realidade, a presente pesquisa busca retratar a violação dos direitos e principalmente como isso acontece no ambiente escolar. A desigualdade social tornou-se um dos grandes fatores que corrobora para o preconceito, pois a maioria das pessoas pertencentes a esse grupo são de origem africana e possuem um passado escravista e que até nos dias atuais sofrem com a desigualdade de condições. Mesmo com diversas ações contra a discriminação, como leis, seminários, entre outros, ainda é crescente o número de pessoas que passam por algum tipo de preconceito racial. Nesse sentido, a escola torna-se um dos principais agentes para o combate ao preconceito, pois nela encontram-se indivíduos pertencentes a diversas culturas. Mas em muitos casos, quando acontecem atos discriminatórios a escola não sabe como agir, pois não há uma formação adequada dos profissionais da educação. Existe uma carência de conhecimento sobre as leis que garantem os direitos dos afrodescendentes e da cultura afro, tanto por parte da equipe pedagógica, como também da sociedade. O ambiente escolar ainda é o principal meio para que haja mudanças nesta realidade mas, para tanto, as instituições educacionais precisarão se moldar a uma educação pautada nos Direitos Humanos e está deverá acontecer em conjunto com a comunidade. Diante desses fatos, o presente artigo apresentará os principais obstáculos encontrados pelos afrodescendentes no Brasil e como os atos preconceituosos se camuflam nesta sociedade e em seu ambiente escolar.

Palavras-chave: escola; educação em direito humanos; racismo; afrodescendentes.

¹Aluna do curso de Pós graduação em Direitos Humanos da UFPR Setor Litoral, professora da rede Municipal de Ensino da cidade de Paranaguá.

²Professora orientadora. Professora adjunta da UFPR, Setor Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivos analisar como o preconceito e o racismo acontecem nas escolas brasileiras e contribuir para pesquisas que reflitam e divulguem sobre os direitos dos afrodescendentes brasileiros. Neste sentido analisa a desigualdade social e econômica que afeta a maioria da população negra no Brasil e investiga de que maneira o preconceito pode ser prejudicial para a educação da criança e do adolescente brasileiros.

Este estudo parte do princípio de que só é possível um ensino de qualidade, onde há respeito e reconhecimento das diversidades. Neste sentido, é imprescindível o conhecimento da história e dos direitos dos negros, principalmente por parte dos educadores que, idealmente deveriam ter um conhecimento prévio sobre o ambiente familiar, assim como da comunidade na qual estão inseridos seus estudantes.

Retratar, na escola, a história, a cultura e os direitos dos afrodescendentes é algo necessário uma vez que para acabar com o preconceito e a discriminação é necessário que se tenha conhecimento do assunto para que seja desconstruída essa cultura de racismo e discriminação. Mas nem sempre as escolas intervêm para mudar essa situação e, essa é uma ação que deve ser realizada com urgência no ambiente escolar e nas comunidades brasileiras. Entender a presença do negro no ambiente escolar é importante, uma vez que essa classe é reprimida e constantemente discriminada pela sociedade. Torna-se urgente a necessidade de que seja reconhecida a contribuição desses cidadãos na constituição da população nacional.

O presente estudo pretende contribuir para a realização de futuras pesquisas e apontar algumas possibilidades de reinterpretação da realidade social que promova a igualdade e o respeito ao próximo.

2 AFRODESCENDENTE, RACISMO E AMBIENTE ESCOLAR

Tornou-se evidente que o assunto sobre a desigualdade e a exclusão social está tomando de grande importância na sociedade. Muitas leis foram criadas para que se garantissem esses direitos, o que é uma grande conquista. Mas ainda há muito que se trabalhar com a sociedade para que esta entenda, cobre e pratique seus direitos e deveres. Assim como qualquer grupo que é historicamente marginalizado, os afrodescendentes também sofrem com a desigualdade e a violação de seus direitos. Segundo CARDOSO *et al* (2008, p. 23), são poucas as iniciativas para o desenvolvimento social da população afro-brasileira, pois existe uma ausência de informações claras quanto a real situação de pobreza e de desnivelamento social em que essas pessoas vivem.

Mesmo com todas as barreiras de informações, os negros conseguiram conquistar inúmeros direitos, como exemplo, o do sistema de cotas para o ingresso em universidades públicas e estaduais e para concursos públicos. Portanto, torna-se necessário que alunos afro-brasileiros tenham mais informações sobre as leis e seus direitos para poder usufruí-los ou até mesmo lutar por melhores condições de vida. “Os desafios do milênio, do protesto negro, estão na capacidade de renovar seu discurso e na prática política, no sentido de ampliar sua base popular, agregando novas formas de organização” (CARDOSO *et al*, 2008, p.22).

A evasão escolar, desse grupo, é extremamente superior em relação aos brancos. Segundo Guimarães e Pinto (2013,p.02) a média de estudos entre as pessoas brancas é de 8,2 anos e dos negros é de 6,4 anos. Estes dados já servem para revelar o grande nível de desigualdade social. Essa desigualdade vem sendo desenvolvida, desde a época em que os negros vieram para o Brasil, como escravos e, se perpetua até os dias atuais, revelando uma desvantagem social e econômica, destacando a discriminação racial.

Para entender melhor sobre o preconceito, a discriminação e o racismo contra os negros, é necessário que se entenda um pouco da história e cultura desses descendentes. Compreender a presença desses indivíduos na formação histórica brasileira é importante, uma vez que essa classe é reprimida desde sua entrada no Brasil. Vindos da África para o Brasil pelo sistema de escravidão, acabaram

realizando trabalhos forçados, sendo considerados não-humanos, além de sofrerem todo tipo de violência física e moral. A população negra, teve início, no Brasil a partir do sistema Colonial, em um momento em que começava a crescer o capitalismo, entre os séculos XVI ao XIX. Passaram-se muitas décadas e os negros continuam a sofrer humilhações e a ter uma precária situação social, financeira, habitacional, educacional e de saúde. Os autores Cruz e Salles (2008, p.61), comentam que no Estado do Paraná, por exemplo, ocorreu um processo de embranquecimento³ em meados do século XIX. Além disso, somente neste mesmo Estado, podem ser relatados inúmeros exemplos de racismo e preconceito. Em 2008, houve um caso de racismo bastante exacerbado, na comunidade Quilombola do Varzeão na qual foram queimadas cinco casas de famílias, com a ajuda de uma milícia armada, por causa de um mandado de reintegração de posse para uma madeireira. Só este fato já demonstra que, mesmo com o término da escravidão, há muito ainda que ser revisto pelas sociedades contemporâneas. Isto revela “a permanência histórica de uma exclusão que é constantemente atualizada e que ajuda a compreender a situação da população negra no Brasil” (CRUZ & SALLES, 2008, p.61).

O fator histórico tem grande importância nessa desigualdade social fazendo parte da cultura brasileira, conforme afirma Oliveira (2007). Portanto, torna-se importante o entendimento sobre essa cultura que faz parte do nosso país para que se possa retirar estereótipos e ajudar esse público a lutarem pelos seus direitos.

Em diversas regiões brasileiras é possível observar a presença da cultura negra. Ela pode ser encontrada na música, nas artes visuais, nas praças, igrejas, museus e, de forma importante na religião, especificamente, neste caso, é possível perceber grande preconceito, pois a mesma é vista de maneira pejorativa pela sociedade em geral e principalmente pelas outras religiões, o que confirma o pensamento de Jesus (2008, p.137), “os estigmas, os estereótipos, os preconceitos e as discriminações se estendem indistintamente a todas as vertentes religiosas afros”.

Desta forma, torna-se urgente que seja “quebrada” a barreira do preconceito, pois estas tradições ajudam a entender a própria cultura brasileira e a identidade da mesma, sendo que “a inclusão dessa parte histórica e cultural é essencial no

³Processo de desterritorialização da comunidade negra do Estado do Paraná para que famílias de origem europeia pudessem desenvolver-se na região.

ambiente escolar para entender melhor a formação do Brasil e acabar com a intolerância racial” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS: GEOGRAFIA, 2012). Da mesma forma “as culturas indígenas e afrodescendentes devem ser mais bem representadas, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, além de considerar seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcam a formação do espaço geográfico brasileiro” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS: GEOGRAFIA, 2012, p.20). Todas estas informações histórico-geográficas ajudam os indivíduos a valorizarem a cultura afro-brasileira, sendo que somente na escola terá início o rompimento de preconceitos e discriminações e a formação de cidadãos críticos, conscientes e humildes.

A escola deve funcionar como um ambiente de descolonização das mentes e das comportamentalidades que insistem em ver as alteridades não ocidentais como objetos de uma neocolonização, justificada mediante concepções arraigadas, ainda, à visão que suscitaram as violências de um passado que insiste em permanecer como resquícios. (JESUS, 2008, p.143)

Oliveira (2007), lembra também que na luta pela igualdade passam a não aceitar a sua cor e a sua origem. Por outro lado faz parte da cultura brasileira frases como “isso é coisa de preto”, “gato preto dá azar”, “segunda-feira é dia de preto”, “você está na lista negra” (OLIVEIRA, 2007, p.163).

Esta “cultura” se manifesta exponencialmente nas instituições escolares brasileiras onde fica patente o preconceito e a discriminação com a comunidade negra. É possível perceber atos de grande violação dos direitos, até mesmo através do “bullying”, e da rejeição em todas as suas formas, advindas até mesmo de professores e do próprio “corpo técnico-administrativo” que forma a maior parte das escolas. Ações que causam espaços de grande indiferença e violência. Evidencia-se, nestes casos, não só o preconceito quanto à cor, mas também com a cultura e história desses descendentes africanos.

3 OS PROCESSOS SOCIAIS E A FORTIFICAÇÃO DO RACISMO E DO PRECONCEITO NO BRASIL

A economia, quando desequilibrada, acirra ainda mais a desigualdade social, pois mesmo com leis que garantem igualdade de direitos, a riqueza acaba se concentrando em determinadas camadas, ainda mais nos países em desenvolvimento. Com isso, muitos países, principalmente naqueles onde as populações negras se concentram, os processos de exclusão e de desigualdade se agravam, causando uma grande preocupação global.

Assim, “os direitos humanos e a educação em direitos humanos consagraram-se como tema global” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2007, p.22). A escola também está inserida nessa globalização. Nesse sentido, o que está sendo repassado como informação para os estudantes está sempre revisto pelas equipes pedagógicas, dos diferentes lugares. Estas informações devem, o pelo menos deveriam, colocar os Direitos Humanos como tema indispensável, adequando-se as comunidades, principalmente as localizadas nas periferias – lugar que possui maior número de afrodescendentes; tornando as escolas espaços onde “a democracia passe a ser princípio norteador das relações sociais e do exercício do poder” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2008, p.76).

Os afrodescendentes, por fazerem parte desta grande concentração de excluídos sociais acabam enfrentando em seu dia-a-dia a desigualdade, a discriminação, a ausência de solidariedade e a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Na maioria dos casos, esse confronto no mercado de trabalho se dá pela diferença de escolarização comparada aos brancos, “tal fato ressalta ainda mais a importância da passagem pelo sistema educacional para a definição do caráter da inserção dos negros na estrutura social” (SOARES *et al*, 2005, p.22). As diferenças educacionais ocasionam altas taxas de desemprego, baixa lucratividade, falta de perspectiva e baixa autoestima.

3.1 OUTRAS IMPORTANTES REFLEXÕES

Não é difícil presenciar atos de violência ou intolerância na sociedade ou pelos meios de comunicação, pois mesmo com tanta tecnologia, não há uma evolução na cultura ou ética, ocasionando o desrespeito que acaba refletindo-se no ambiente escolar. A maioria dos negros, no Brasil, vivem em lugares com problemas de saneamento básico – direito de todo cidadão. Nestes lugares há falta de segurança, estruturas inadequadas de moradias entre outras dificuldades.

Outro fator muito importante que leva esse grupo a exclusão social é a falta de conhecimento sobre seus direitos e deveres. Esses aspectos, refletem-se em muitos livros didáticos, cuja abordagem, dos mais diversos assuntos, é feita de modo superficial, com pouca informação, ou em alguns casos reforçam estereótipos de inferioridade e submissão da raça negra. Estes materiais didáticos, “não apresentam estratégias de desconstrução de estigmas e estereótipos sociais construídos em torno dos espaços e dos sujeitos subalternizados historicamente” (GUIA DE LIVROS DIDÁTICO: GEOGRAFIA, 2012, P.20). Esses modelos reforçam a posição do “branco” como sucesso escolar deixando os alunos negros e pardos com baixa autoestima, o que resulta em mais fracasso escolar. A maior parte destes alunos acabam não passando por processos de construção de identidade, por não se identificarem com nenhum grupo, e isto somente reforça a evasão escolar desse grupo, juntamente com a falta qualidade no sistema de ensino.

Muitas vezes, nesses espaços educacionais são reproduzidas ideologias que não condizem com a realidade da comunidade negra revelando assim um sistema de ensino frágil e excludente, ou seja, um sistema “que se mostra incapaz de mantê-lose de compensar eventuais desigualdades que impeçam a sua boa progressão educacional” (SOARES et al, 2005, p.34). Existe, ao mesmo tempo, uma escassez de atividades e projetos promovidos para a reparação e defesa dos Direitos Humanos, que envolvam a comunidade negra brasileira.

Especificamente sobre a mídia, ela tem grande poder de reproduzir ideologias. Algumas positivas como, por exemplo, a divulgação do sistema de cotas criada pelo governo e a discriminação que alguns jogadores de futebol estão sofrendo por causa de sua cor, retratando como um ato violento de covardia, exercendo um papel crítico. Mas muitas vezes negativas, como por exemplo,

quando um negro é estereotipado como “pobre, que vive na favela e sem cultura”, mostrando uma sociedade “individualista, não-solidária e não-democrática” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 53). A mídia poderia ser usada como um ótimo parceiro educacional, uma vez que suas informações alcançam milhares de pessoas. Para isso deveria propagar os princípios dos Direitos Humanos, difundindo “conteúdos éticos e valores solidários, que contribuam para processos pedagógicos libertadores, complementando a educação formal e não-formal” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 53).

Mesmo com a aprovação da Lei nº 10639/2013 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que aponta a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, nota-se que este ensino ainda é precário e que, praticamente não está sendo debatido em sala. Ainda que a escola tenha a obrigatoriedade de motivar a tolerância, a igualdade e o respeito as diferenças, o modelo branco/europeu ainda é o privilegiado. Conforme explicam Guimarães e Pinto (2013, p.08), sob este modelo, os negros “passam a sentir-se excluídos da vida social e deixam de se identificar com seu grupo de origem”.

É importante frisar que nem a escola, nem os professores estão preparados ou foram capacitados para levar esses assuntos à sala de aula. Esses educadores foram obrigados a se capacitar, mas em algumas vezes, não há um interesse verdadeiro nessas capacitações e esse conteúdo acaba sendo transmitido de maneira superficial ou até mesmo equivocada. Por outro lado, a escola, em muitos casos, acaba não reconhecendo o racismo como um fenômeno social e acaba reafirmando-o em seu interior. Como isso ela se omite, retirando de si essa responsabilidade. Ainda de acordo com Guimarães e Pinto (2013, p.10) esse é um problema social que precisa ser vencido por todos através das práticas pedagógicas, no sentido de modificar esta mentalidade social, pois a persistente ocultação da escola em detectar e enfrentar a situação ainda é grande. Vale ressaltar que mesmo com o sistema de cotas nas universidades e inclusão são poucas as pessoas que desfrutam desses direitos prescritos pela lei. A mudança no modo de pensar levará muito tempo ainda para acontecer – sendo o processo de conhecimento e conscientização muito lento.

Para que exista um ensino de qualidade, no qual os alunos sejam respeitosos, não preconceituosos ou racistas, é necessário que haja um interesse da escola, como um todo em fazer do ambiente escolar um lugar de interação e atrativo. O educador, assim como os técnicos e servidores desta escola, devem ter um conhecimento prévio do aluno e de seu ambiente familiar, assim como a comunidade ao qual está inserido. Existem dúvidas quanto as escolas conseguirem encontrar meios de conservar e atrair alunos de grupos sociais diferenciados, pois conforme BARBOSA et al (2005, p.16) existem dois valores a ser mantidos e preservados, que são a importância da visão que a comunidade tem com a escola em relação aos seus filhos, e a outra é a capacidade que a escola tem em desenvolver atividades atrativas à esse grupo específico que não faz parte da classe média.

Existe uma urgência em se concentrar ações e esforços para a formação de estudantes abertos a diversidade cultural, principalmente no que diz respeito as classes historicamente marginalizadas. Conforme o “Plano Nacional de Direitos Humanos”, a educação deve oferecer acesso e inclusão focados em uma consciência crítica e social desde a infância. Portanto, é necessário que se garanta “dignidade, igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia aos membros da comunidade escolar” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 31).

Segundo Lipp (1991), a falta de abertura da sociedade para estas questões só causam mais stress, assim como diversos problemas de saúde de cunho psíquico e emocional que afetam o rendimento escolar.

Cabe ressaltar que a discriminação racial presente no ambiente escolar é uma das mais perversas (...) afeta seu imaginário social ao atribuir referências negativas e de inferioridade ao segmento negro, reforçando, assim, as práticas racistas estabelecidas fora da escola. (GUIMARÃES e PINTO, 2013, p.15)

As políticas existentes de combate ao racismo, no Brasil, são portanto, inócuas. Seriam necessárias ações imediatas e eficientes, pois a iniquidade racial na educação é muito forte. Ainda não se vê um caminho específico para a eliminação da discriminação racial. Segundo Soares *et al* (2005, p.01), para que sejam eficazes, as políticas públicas deveriam primeiramente saber como são produzidas e

reproduzidas essas desigualdades no sistema educacional. Em um estudo realizado por Barbosa, *et al* (2005, p.115), o mesmo afirma que quando as escolas são de boa qualidade, o aluno sempre terá um bom rendimento, independente de sua posição cultural, capital cultural da família ou cor. Nesse sentido, a perspectiva mostrada por esta autora revela a importância de melhorias na educação e naquilo que ela entende ser seu papel, no contexto social. Para muitas famílias, principalmente aquelas pertencentes aos grupos sociais estigmatizados, a educação, é o único investimento que poderia interceder para a ascensão cultural, social e financeira de seus filhos.

Sob esta perspectiva, a escola seria e é, o principal meio para que aconteçam mudanças efetivas na sociedade. Por isso deve ser pautada nos direitos humanos – porque é o espaço onde se encontram todas as culturas e etnias. Conforme o Plano Nacional de Direitos Humanos (2007), a educação deve oferecer acesso e inclusão focados em uma consciência crítica e social desde a infância. Só assim poderiam ser desconstruídas as culturas de racismo e discriminação impregnadas na sociedade brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura racista está impregnada na sociedade brasileira. E, mesmo com diversas campanhas de conscientização, legislação própria, eventos, seminários, projetos em andamento contra a violação dos direitos humanos, mais especificamente os direitos dos afrodescendentes, resta muito ainda a ser feito para que esta realidade mude a contento. O ambiente educacional, como aquele que agrega a todos e portanto, pode também, motivar mudanças a todos seria, provavelmente o único que poderia desfazer este cenário.

O preconceito no ambiente escolar acaba levando o aluno de origem negra a sofrer bullying, ocasionando em depressão e em alguns casos até a evasão escolar. A questão social como falta de condições favoráveis de moradias, acaba também sendo um grande fator que leva esses alunos a serem excluídos, o negro acabou sendo vinculado a pobreza. Apesar da criação e obrigatoriedade das leis favoráveis aos afrodescendentes, fica só na teoria, atrelado a datas comemorativas, com conteúdos superficiais e materiais didáticos inadequados.

O despreparo dos profissionais da educação ainda é uma realidade, pois muitos não conseguem identificar e nem lidar as diferenças e discriminação racial. Essa falta de preparação resulta em dificuldades no ensino aprendizagem, além agravar mais atos discriminatórios. O professor é um dos principais agentes na formação do indivíduo, portanto mostrou-se que é necessário um preparo contínuo para a formulação de novas estratégias que possam lidar com a diversidade que existe dentro da escola, quebrando ideologias e culturas baseadas na discriminação e racismo.

Para tanto, todo um sistema deveria ser revisto. Começando por uma maior interação da equipe pedagógica com os professores e com as comunidades negras inseridas nestas escolas. Outro ponto seria uma melhor formação de toda a comunidade escolar em Direitos Humanos. E também que esta comunidade se especializasse nos assuntos afro. É essencial que a escola como um todo saiba como agir em casos de desrespeito e violação aos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, SEPPPIR, 2005.

Guia de Livros Didáticos: Geografia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

GUIMARÃES, Adriana Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Discriminação Racial na Escola: Vivências de Jovens Negros.** 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AdrianaCristinaGuimaraes-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso: 26/04/15.

JESUS, Jayro Pereira de; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; CRUZ, Cassius Marcelus; SALLES, Jeferson Oliveira; e outros. **Educando para as Relações Étnico-Raciais.** Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED – PR, 2008.

LIPP, Marilda Novaes. **Como enfrentar o stress infantil.** São Paulo: Ícone, 1991.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo e outros. **Alguns fios para entretecer o pensar e o agir:** Programa Agrinho. Curitiba: SENAR-PR, 2007.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: www.cursos.nead.ufpr.br. Acesso: 15/12/14.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselho Escolar e Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SOARES, Sergei; BELTRÃO, Kaizôlwakaml; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; FERRÃO, Maria Eugénia. **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA. 2005.